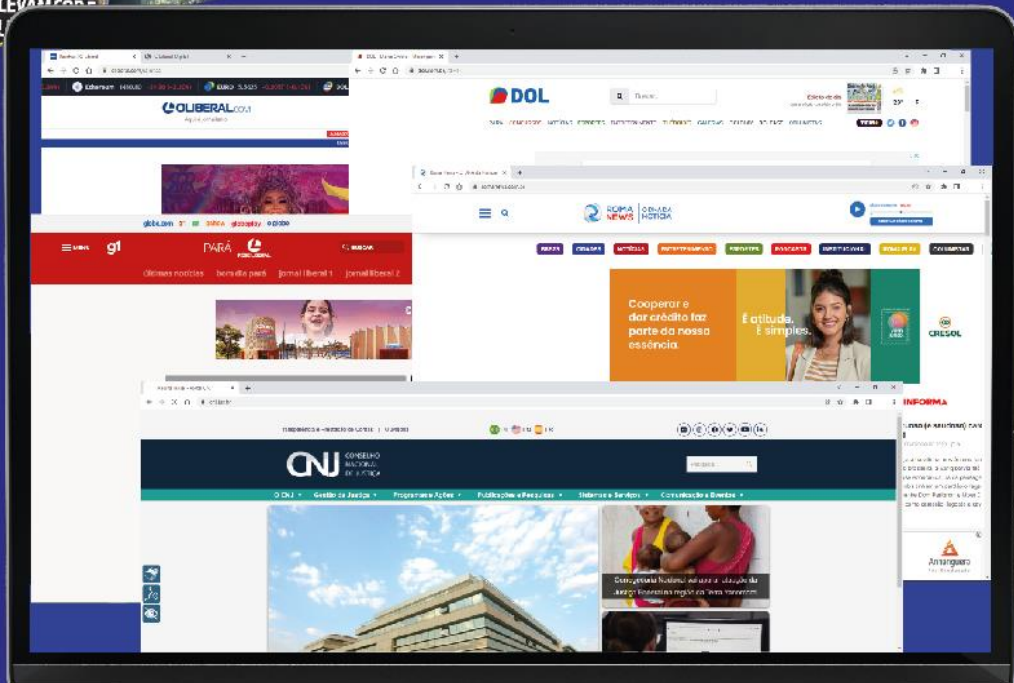
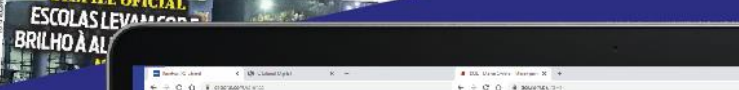




CLIPPING

Quarta-feira
15 de
Fevereiro
de 2023



REPÓRTER

70

> PECÚLIO FRAUDE

O Tribunal de Justiça do Pará divulgou ontem nota com alerta a seus servidores sobre um novo golpe na praça. Passando por representante do órgão, os fraudadores têm abordado funcionários do órgão, via mensagem de WhatsApp, com documento falso para suposta arrecadação de contribuições para pagamento de auxílio pecúlio. Na nota, o TJ garante que “não disponibiliza documento de arrecadação para pagamento a fim de concessão do pecúlio” e orienta os servidores a não fornecerem dados pessoais para terceiros.

CRISE NA SAÚDE

CRM denuncia
falta de insumos
e medicação básica
no PSM da 14

'CAOS' - Conselheiros fizeram uma fiscalização de urgência no hospital na manhã de ontem

DILSON PIMENTEL
Da Redação

"É calamitoso o estado em que se encontra o Hospital Pronto Socorro Mário Pinotti, o PSM da 14. Um caos", afirmou, na manhã desta terça-feira (14) a presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (CRM), Tereza Cristina de Brito Azevedo, após uma fiscalização de urgência na unidade de saúde. Segundo ela, faltam insumos, analgésicos e medicamentos para dor.

Além disso, os pagamentos dos profissionais de saúde estão em atraso. O hospital conta com 241 médicos. "Temos aqui 24 especialidades. Tem especialidade que está em atraso desde outubro. Não tem medicamentos básicos, como dipirona, tramal, antibiótico, ceftriaxona. Material de curativo. Para dor, estão só usando morfina e paracetamol. Isso é muito grave", afirmou, acrescentando que o hospital precisa ter esses remédios no estoque. "Você não pode trabalhar só para hoje com medicação. Porque você é uma porta aberta. Você tem pactuação com outros municípios. Então, se você tem uma pactuação com outros municípios, você tem que ter o estoque", afirmou.

Durante a fiscalização, o hospital estava lotado. Segundo ela, só há um desfibrilador na unidade. "Isso é muito grave. Pacientes com politrauma no corredor. Pacientes graves no corredor. É essa a situação que a gente está vivenciando dentro do PSM da 14 de Março. É um caos de uma maneira total", afirmou Tereza Cristina.

SEM CONDIÇÕES

ai nós vamos encaminhar, fazer um relatório", disse. O documento será encaminhado para o Conselho Federal de Medicina (CFM) e para a Secretaria Municipal de Saúde (Sesma).

O documento recomendará que sejam adotadas as medidas necessárias "contra esse descaço com a saúde total que está ocorrendo dentro de Belém", disse. O CRM quer a resolução desses problemas. "Nós não queremos fechar o Pronto Socorro aqui da 14 de Março e não dar assistência a população. Jamais a gente chega nessa última medida. O que nós queremos são insumos, medicamentos e condições de trabalho para que o paciente seja bem atendido, porque agora ele não está tendo atendimento nenhum com condições dignas que merece qualquer ser humano", afirmou.

"A população está gritando e não está tendo o tratamento digno, como deveria ter. Nós pagamos os impostos e precisamos ter o tratamento digno", afirmou Tereza Cristina. "Se eu tenho dinheiro para fazer Carnaval, eu tenho que ter verba para a saúde, para a educação, saneamento básico. Nós estamos indo às unidades e estão em condições precárias, sem medicamentos. Sem medicação básica para hipertensão e diabetes. Isso nas unidades Estratégias de Saúde, o que é obrigatório. Não é só o Pronto Socorro. O caos está em toda a Belém", afirmou.

Tereza Cristina acrescentou que o paciente está "pedindo socorro". "Se chegar uma reação alérgica aqui, não tem o que fazer porque não tem a dexametasona e a hidrocortisona. É muito triste. É um caos. É calamitoso como se



Um relatório sobre a situação do PSM será elaborado pelo CRM e encaminhado à Justiça, ao Ministério Público, ao Conselho Federal de Medicina e à Sesma

Prefeitura fala em compra emergencial

Por meio de nota, a Sesma informou que iniciou um processo de compra emergencial para suprir as necessidades de insumos em um período de 90 dias, "que estão com alta criticidade de desabastecimento na rede atualmente".

A nota afirma que "a compra foi motivada pela negativa realizada por parte de fornecedores, que apresentam contratos de abastecimento vigentes com a Secretaria, que foram acionados e notificados de forma antecipada a regularizar os estoques (sic)".

REMANEJAMENTO

Como medida paliativa, a Sesma informou que está fazendo um levantamento de estoques em todas as suas unidades da rede para a realocação de insumos, tendo a finalidade de atender estabelecimentos de saúde que

tenham maior déficit de itens críticos. "A previsão para reabastecimento dos itens críticos é de 48 a 72 horas", diz a secretaria.

PAGAMENTOS

Na sua nota, a Sesma reforçou ainda que todos os pagamentos referentes a plantões médicos foram efetivados na última sexta-feira, 10, e que está trabalhando para realizar o pagamento das empresas de segurança, para que o serviço seja regularizado. "Já em relação as empresas de limpeza, não procede a informação de que estariam com os serviços paralisados e até esta sexta-feira, 17, o pagamento será regularizado".

Nesta terça, o Sindicato dos Médicos do Pará (Sindmepa) informou que os médicos das UPAs do Jurunas, Marambaia e do Hospital do Guamá receberam na sexta um dos pagamentos atrasados.

"O Sindicato espera, a partir de agora, o retorno do pagamento regular, conforme negociações com a Secretaria Municipal de Saúde", informou a entidade.

Segundo a Sesma, "os pagamentos ocorrem em até 60 dias após os plantões realizados a cada mês e que, portanto, está dentro do prazo estabelecido para o pagamento, conforme ocorreu durante todos os meses de 2022".

A nota da gestão municipal diz ainda que não houve atraso no fluxo de pagamento dos referidos plantões. "A Sesma reforça que no PSM do Guamá, único espaço onde os atendimentos ocorreram de forma parcial, retornou à normalidade ainda na semana passada". E mais: "Com novos recursos do Ministério da Saúde no governo Lula, Belém vai recuperar sua capacidade de investimentos".



Denúncia
"Estão só usando morfina e paracetamol. Isso é muito grave", disse a presidente do CRM

A médica lembrou que o Carnaval "está na porta", o que aumenta os riscos. "Aumenta o número de acidentes e o nosso pronto socorro não tem estrutura nenhuma para atender a nossa população. Em termos de assistência à saúde, a sociedade está ao léu", afirmou. A presidente do CRM afirmou que esse é "pior momento" pelo qual passa o PSM da 14. "No ano passado estivemos aqui fazendo a fiscalização e hoje eu estou vendo as piores condições em que se encontra esse pronto socorro, sem as mínimas condições de dar o suporte básico. Os colegas estão trabalhando num estado de estresse total sem pagamento. O risco de entrar em uma síndrome de burnout (causada pelo excesso de trabalho) é altíssimo", disse.

RELATÓRIO

Também não há vigilância porque o serviço também está com pagamento em atraso. "Não tem limpeza, porque a parte de higienização está aí em atraso. Então é isso que está acontecendo aqui. E

encontra a nossa saúde", afirmou.

OBSERVADORAS

A presidente do CRM do Pará convidou para a fiscalização, na qualidade de observadoras, a juíza Kátia Parente Sena, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), e a promotora de Justiça Elaine Castelo Branco, do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), para as quais também será encaminhado relatório da fiscalização feita no hospital.

Tereza Cristina foi acompanhada na fiscalização pelos conselheiros Paulo Guzzo e Francisco Frastótenes, do Departamento de Fiscalização do CRM. A fiscalização também contou com a presença da técnica em saúde do Grupo de Apoio Técnico Institucional (Gati) do MPPA, Ana Maria Helfer.

O MPPA informou, em nota, que vai elaborar relatório com as constatações. "Em princípio, notou-se pacientes sem assistência em corredores, ausência de medicamentos, insumos e aparelhos indispensáveis a garantia de uma saúde digna".



"Se chegar uma reação alérgica aqui, não tem o que fazer porque não tem a dexametasona e a hidrocortisona. É muito triste. É um caos", afirmou a presidente do CRM, a médica Tereza Cristina de Brito Azevedo



A arte, cultura e sustentabilidade. Esses são os principais fundamentos da exposição "Euetimiriti", do escultor paraense Francelino Mesquita, o primeiro artista plástico convidado a expor no espaço de exposições temporárias do Museu do Judiciário Estadual, desde 7 de dezembro passado, quando o novo espaço do museu foi inaugurado na Casa Amarela, no bairro de Nazaré, em Belém. A visitação ficará aberta até 30 de junho.

Chefe do Serviço de Museu e Documentação Histórica do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Leiliane Rabelo classifica como "muito feliz" a escolha de Francelino para inaugurar o espaço reservado aos artistas paraenses, para que possam apresentar ao público seus trabalhos. "A gente foi muito feliz ao escolher o Francelino pelo compromisso dele com a sustentabilidade, a partir dos elementos da nossa cultura amazônica", diz ela.

O escultor Francelino Mesquita nasceu em Belém do Pará e iniciou sua trajetória como artista em 1999, quando foi premiado na Fundação Curro Velho, pelo projeto 'Cobra Criada', com três esculturas produzidas com a tala de Jupati. Desde então, ele não parou mais de produzir esculturas em estilo móbile.

São 23 anos de carreira, 20 exposições coletivas e 26 individuais. Entre as várias premiações que obteve, ele destaca a que recebeu com nove anos de carreira, pelo

MOSTRA

Arte do miriti em exposição NO MUSEU DO JUDICIÁRIO

TALENTO - Francelino Mesquita é o primeiro artista convidado a expor no espaço de exposições do TJPA, com "Euetimiriti"



Francelino e um de seus trabalhos: sustentabilidade e expressão em móveis

Arte Pará, em 2008, mesmo ano em que também apresentou a sua primeira exposição individual, na galeria Theodoro Braga, do Centur, com esculturas feitas a partir da tala de Jupati, cujo nome foi Crescentia cugelê, o nome científico da cueira. Ele mostrou também trabalhos feitos a partir da bucha do miriti. "Desde então, não paro de produzir, me inscrevendo em editais, estou sempre expondo minhas

produções artísticas para que o público possa conhecê-las e admirá-las", diz ele.

Francelino Mesquita usa matéria-prima da natureza amazônica: a tala de Jupati, o miriti, a raiz do mututi e cueira pitinga, essa última ele classifica como muito rica para a produção artística e gastronômica - pintacuias, grafismos-cueira e o uso no consumo do tacacá.

"A cueira é muito utilizada no artesanato e na culinária;



Agende-se:

"Euetimiriti", de Francelino Mesquita

Local: Museu do Judiciário Estadual (Avenida Nazaré, nº 582, esquina com a Quintino Bocaiuva - Casa Amarela).

Visitação de segunda a sexta, das 8h às 14h.

o miriti também, nosso patrimônio cultural e imaterial, dos brinquedos de miriti de Abaetetuba. Então, eu também trago o fortalecimento do nosso patrimônio cultural através da utilização dessa matéria-prima, que é muito forte na nossa cultura, no nosso artesanato", ressalta.

"Euetimiriti" é a 26ª exposição individual de Francelino. São mais de 40 obras, entre esculturas produzidas com a tala de Jupati, com o miriti, com a cueira, com a raiz do mututi, muitas delas em estilo móbile. O artista diz que o fortalecimento do patrimônio cultural e imaterial do Pará (as cuias de Santarém, os brinquedos de miriti etc) é uma das principais motivações de suas exposições, sem negligenciar a questão ambiental. "Eu busco também fortalecer o cuidado ambiental com esse material extraído da natureza. O homem vem destruindo a cada dia a nossa Amazônia. Então, a minha exposição traz também essa sensibilidade de ter esse cuidado ambiental com tudo o que vem da natureza".

MOSQUEIRO

MP discute medidas de segurança para a folia

DA REDAÇÃO

A segurança para o Carnaval na ilha de Mosqueiro, em Belém, foi discutida na manhã de ontem, pelo Ministério Público do Pará, por meio dos promotores de Justiça de Mosqueiro, Alan Johnes e Nayara Negrão com todos os órgãos de segurança e o poder judiciário.

Durante o encontro, foi realizado o último ajuste para que o Carnaval ocorra dentro do planejado, respeitando as medidas de segurança necessárias. Os Promotores recomendaram aos órgãos uma atenção redobrada para que, não somente os visitantes, como os moradores tenham maior bem-estar durante o período de Carnaval.

"O MPPA entende que a atenção redobrada em relação à segurança é necessária, visto que a Ilha de Mosqueiro é um dos locais que mais recebe

pessoas na região metropolitana por conta das festividades e portanto, os órgãos de segurança, justiça, mobilidade e a agência distrital precisam estar atentos.", destacou o Ministério Público.

A magistrada Maria das Graças Alfaia, juíza titular do Mosqueiro, aproveitou para explicar sobre a portaria expedida pelo Poder Judiciário autorizando os eventos de carnaval na Ilha, desde que atendendo aos pré-requisitos para garantia de bem-estar e segurança aos envolvidos.

"Diante disso, a Prefeitura Municipal de Belém e o Governo do Estado mantiveram programações tradicionais durante o período, como, por exemplo, o concurso das escolas de samba, que acontece no próximo domingo, dia 19. As estruturas de palco já começaram a ser instaladas na praça matriz do distrito.", detalhou o MP.



Reunião estabeleceu as medidas de segurança necessárias para que o Carnaval ocorra dentro do planejado



Trios elétricos, torcidas organizadas e festas de aparelhagem na orla estão proibidos

PROIBIÇÕES

No dia 30 de janeiro, a juíza da Infância e da Juventude do distrito Ilha de Mosqueiro, em Belém, Maria das Graças Alfaia Fonseca, determinou três proibições durante o período do Carnaval em Mosqueiro: trios elétricos; presença de torcidas organizadas de clubes de futebol em blocos e desfiles de carnaval; e a realização de festas de aparelhagem na orla.

A proibição vale para o período de 19 a 22 de fevereiro no distrito. Na ocasião, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), por meio de assessoria, reforçou que o carnaval, no entanto, não está proibido em Mosqueiro.

PREFEITURA DE BELÉM

No dia 10 de janeiro, a Prefeitura de Belém, por meio da Fundação Cultural de Belém (Fumbel), informou que

garantiu programação de Carnaval não só na Aldeia Cabana, na capital, mas também nos distritos de Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro, com apoio das Agências Distritais, dias 19, 20 e 21. Na noite desta terça-feira (14), demandada novamente sobre as proibições determinadas pela juíza Maria das Graças Alfaia Fonseca, a Prefeitura de Belém frisou que "a tentativa de proibição é na orla e não na ilha de Mosqueiro".



Objetos de valor e dinheiro foram recuperados pelos militares
FOTOS: DIVULGAÇÃO



CRIMINOSOS TENTAM FUGIR APÓS ASSALTO

UM MORTO E DOIS PRESOS

Em troca de tiros com a PM, Luiz Ricardo Monteiro Almeida acabou baleado e não resistiu aos ferimentos. Já Nazareno dos Santos Monteiro e Rodrigo Sales Ferreira foram detidos. O caso ocorreu em Maracanã, nordeste do Pará

REPRESSÃO AO CRIME

Tiago Silva

Após um assalto no município de Maracanã, região do nordeste paraense, um criminoso foi morto durante troca de tiros e outros dois acabaram presos pela Polícia Militar. Tudo aconteceu no início da manhã de ontem, por volta das 7h.

A Polícia Militar foi informada por populares sobre um assalto que ocorria em uma residência, localizada na travessa Vitor Santos, em Maracanã. Policiais militares do 20º Pelotão rapidamente foram até o local informado e viram quando as vítimas saíram correndo pedindo ajuda.

As vítimas disseram aos policiais que os assaltantes tinham fugido pulando o muro de trás da residência. Durante o cerco, um dos assaltan-

tes trocou tiros com a guarnição da PM e foi alvejado. O baleado, identificado como Luiz Ricardo Monteiro Almeida, ainda chegou a ser socorrido, mas morreu logo após dar entrada no hospital. Ele estava com um revólver calibre 38.

Outros dois acusados, identificados como Nazareno dos Santos Monteiro e Rodrigo Sales Ferreira, foram localizados e presos após terem invadido outra casa e feito uma mulher re-



fém. Autuados pelos crimes de assalto a mão armada, cárcere privado, ameaça e resistência, ambos foram apresentados na Delegacia de Polícia Civil de Maracanã.

Foram apreendidas duas armas de fogo, sendo um revólver calibre 22 e outro calibre 38. Um aparelho celular, dois relógios e o valor de R\$ 1.600,00 foram recuperados pela PM.

CINCO CRIANÇAS E ADOLESCENTES VIOLENTADOS

PAI, MÃE E VIZINHO NA CADEIA

O caso chocante ocorreu na zona rural de Gurupá, na Ilha do Marajó

INVESTIGAÇÃO

JR Avelar

Uma força-tarefa sob o comando do tenente coronel Barros do 9º Batalhão de Breves e major Christine subcomandante do CPR XII do Marajó Ocidental, escrivão Thiago da Polícia Civil, assistentes sociais Ana Paula e Aldaci Baia da Creas e conselheiro tutelar Izomar Albuquerque se deslocaram ao rio Icaripé zona rural do município de Gurupá, no Marajó, para desmontar um esquema criminoso hediondo.

A missão era checar denúncias da prática do crime de estupro de vulneráveis e abusos sexuais cometidos pelo pai e um vizinho contra crianças e adolescentes, e com conivência da mãe dos menores de idade, na zona rural no rio Icaripé.

O caso também foi acompanhado pelo Ministério Público,

com a finalidade de averiguar diversas denúncias anônimas, dando conta que dois homens membros de uma mesma família, pai e vizinho, teriam abusado sexualmente de crianças e adolescentes filhos de Francisco o que seria recorrente o crime.

Diante das denúncias, a prefeitura do município, através dos órgãos de Assistência Social e proteção dos direitos da criança e adolescente, solicitaram apoio com urgência ao Comando de Policiamento Regional XII ao comandante coronel Márcio Abud, sendo designado os oficiais tenente coronel Barros e a major Christine para comandarem a Operação em apoio aos agentes municipal garantidores dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

O pai foi identificado como Francisco dos Santos Gomes, de 44 anos, e o vizinho José Ribamar de Lima, de 56 anos, e a mãe das vítimas, identificada como Maria José Pires da Silva.



Uma espingarda, munições e pólvora foram apreendidas pelos policiais militares FOTOS: DIVULGAÇÃO



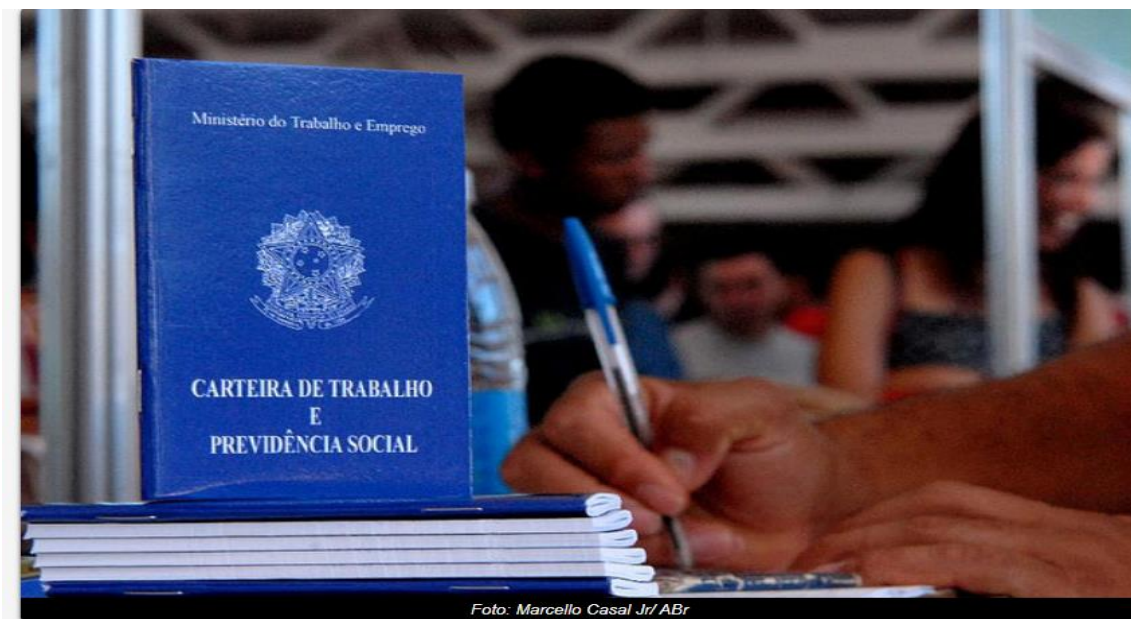
Foi localizado que dentro do imóvel de Francisco havia uma arma de fogo tipo espingarda calibre 36 e na casa de Ribamar foram encontradas munições de arma de fogo, além de um pequeno frasco contendo pólvora.

Diante das circunstâncias os menores de idade foram acolhidos pelas assistentes sociais do CREAS e o Conselho Tutelar, e encaminhados para um abrigo do município que será comunicado formalmente ao Ministério Público os fatos, e os dois sus-

peitos da prática de abuso sexual por presos em flagrante pelo crime de posse ilegal de arma e munição e aguardarão os exames solicitados de conjunção carnal que será realizado em uma das crianças para providências perante a Polícia Civil.

Justiça do Pará debate instalação de Escritório Social

🕒 15 de fevereiro de 2023



A implantação do equipamento do Escritório Social na Comarca de Santarém foi debatida pela rede local de políticas públicas do Município de Santarém, durante reunião virtual de trabalho, proposta pela Vara de Execução Penal (VEP) da Comarca de Santarém na última terça-feira, 14/2.

O encontro fez parte da agenda do Programa Fazendo Justiça, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que conta com o apoio institucional do Poder Judiciário do Pará. A iniciativa integra a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação.

A abertura do evento foi feita pelo juiz Flávio Oliveira Lauande. O coordenador do eixo Cidadania do programa Fazendo Justiça, Felipe Athayde apresentou e dirimiu dúvidas sobre o Escritório Social, regulamentado pela Resolução CNJ nº 307/2019, que estabelece os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implantação. Os(as) participantes dialogaram ainda sobre estratégias de implementação do Escritório Social no Município de Santarém/PA.

A coordenadora estadual do programa Fazendo Justiça no Pará, Fernanda Almeida, também participou da reunião, junto a representantes do Conselho da Comunidade, do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB/Subseção Santarém, Universidades locais e instituições públicas e da sociedade civil.

Escritório Social

Criado pelo CNJ em 2016, o Escritório Social é uma ação de atenção às pessoas egressas do sistema prisional, executada pelo Poder Judiciário em articulação com o Poder Executivo, que atende pessoas que deixam o sistema prisional, assim como seus familiares, dando acesso à rede de serviços de apoio em áreas como qualificação profissional, moradia, documentação e saúde.

A Região Metropolitana de Belém conta com um Escritório Social, que promove a atenção e o acolhimento à pessoa egressa do sistema prisional em liberdade condicional e em regime aberto sem monitoração eletrônica e sua família.

A expansão e otimização da metodologia do Escritório Social faz parte do programa Fazendo Justiça, parceria do CNJ e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio Ministério da Justiça e Segurança Pública na figura do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Cerca de 35 equipamentos foram implementados em diversas unidades da federação, com articulações para novas inaugurações já em andamento, caminhando para consolidação de uma rede nacional.

[Fonte: TJPA](#)

Justiça decide mandar a júri popular Dionar Junior e outro acusado da morte do empresário Iran Parente

Dionar Nunes Cunha Junior e Erick Renan Oliveira Carvalho também são acusados de associação criminosa, roubo majorado e fraude processual.

Por Sílvia Vieira, g1 Santarém e Região — PA

15/02/2023 11h26 Atualizado há 8 minutos



Dionar Nunes Cunha Junior é apontado como mandante do duplo assassinato de Iran Parente e Josielen Prezza — Foto: Redes Sociais/Reprodução

O juiz titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de [Santarém](#), oeste do Pará, Gabriel Veloso, decidiu nesta quarta-feira (14) pela pronúncia de Dionar Nunes Cunha Junior e Erick Renan Oliveira Carvalho, apontados como mandante e um dos executores, respectivamente, das mortes do empresário Francisco Iran Parente da Silva e da esposa dele, Josielen Maciel Prezza. Os réus ainda podem recorrer, mas se a decisão for mantida, eles devem enfrentar o Tribunal do Júri Popular.

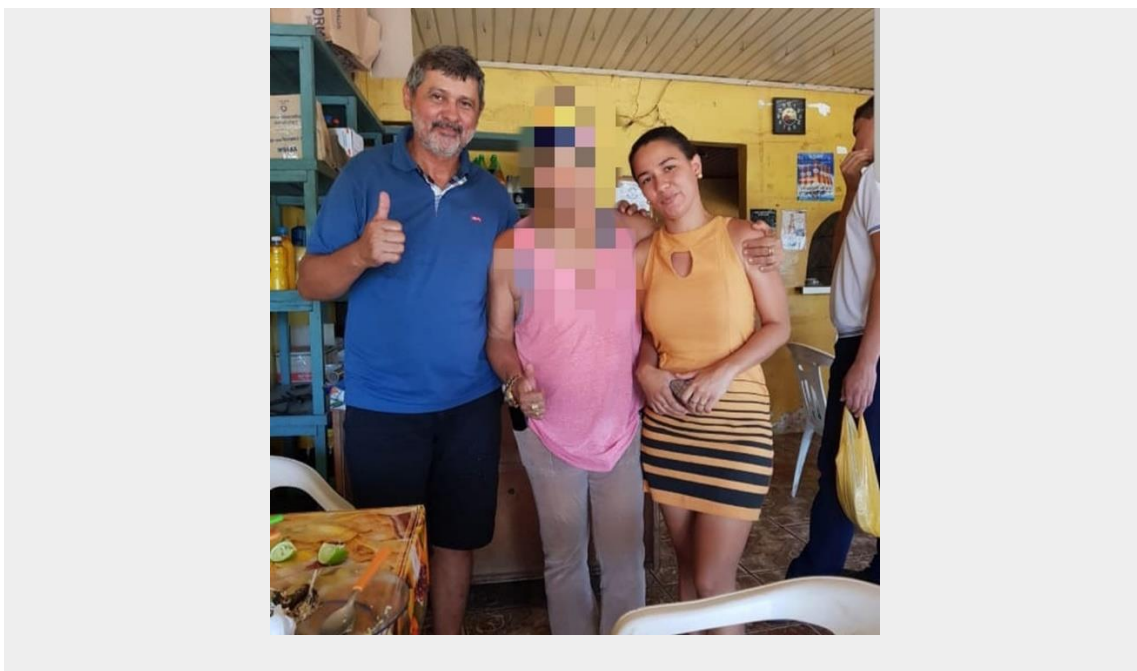
Além da pronúncia foi mantida a prisão cautelar do acusado Erick Renan e mantidas as medidas cautelares impostas pela justiça ao acusado Dionar Cunha Junior.

Os réus também são acusados de associação criminosa, roubo majorado e fraude processual.

O pedido de pronúncia de Dionar Nunes Cunha Junior e Erick Renan Oliveira Carvalho, foi feito pelo promotor Diego Libardi Rodrigues em dezembro de 2020. Naquela ocasião, além de Dionar e Erick, também foram denunciados pelo MPPA: Valdileno Braga Dias, Alessandro Gomes da Silva e Aline Maiara Ribeiro dos Santos, por envolvimento nas mortes.

Os cinco acusados foram denunciados por homicídio qualificado, roubo circunstanciado, associação criminosa e fraude processual.

Dionar Cunha Junior e Erick Renan estão soltos por decisão da Justiça desde o dia 12 de novembro deste ano, em razão da demora do MPPA em designar promotor para o caso após os promotores criminais da comarca de Santarém terem se declarado suspeitos para atuar no caso. O novo promotor do caso, Diego Libardi, só foi designado cerca de uma semana depois.



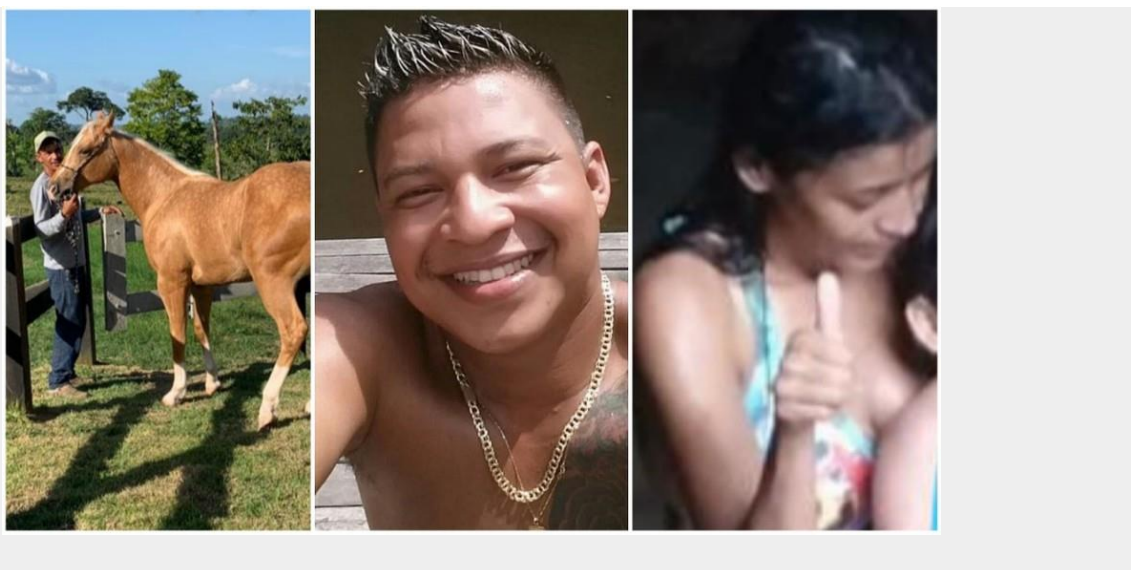
Iran Parente e Josielen Prezza foram encontrados mortos no dia 28 de fevereiro de 2020 — Foto: Reprodução/Redes sociais

Iran Parente e Josielen Prezza foram mortos no dia 27 de fevereiro deste ano, com diversos tiros, mas seus corpos só foram encontrados na manhã do dia 28 em uma propriedade rural na região da rodovia [Santarém](#)-Curuá-Una.

Ainda no dia 28 de fevereiro, a polícia prendeu Erick Renan que havia sofrido um acidente após capotar com o carro das vítimas em uma plantação de soja. Em depoimento, ele confessou participação no crime e disse que tinha agido junto com Valdileno Fraga Dias, conhecido como “Preto”, e que eles haviam sido contratados por Alessandro Gomes da Silva, um capataz de fazenda conhecido como Mineirinho. Erick e Valdileno receberiam R\$ 10 mil, cada um, para pegar uma pasta de documentos que estava com Iran Parente e se fosse houvesse reação, a ordem era para matar.

No curso das investigações a polícia chegou ao nome de Dionar Cunha Junior, que era amigo e homem de confiança de Iran. Ele foi indiciado pela polícia como mandante do duplo homicídio. O crime teria sido encomendado pelo valor de R\$ 100 mil, em negociação direta com Alessandro Gomes da Silva, que era capataz no Haras Barbosa, onde tudo foi tramado. [A motivação seria ganância.](#)

Segundo o inquérito policial, Dionar devia uma grande quantia em dinheiro para Iran, que emprestava dinheiro a juros. “Reavendo promissórias, cheques e até escrituras de imóveis que estariam em posse de Iran, Dionar se livraria das dívidas”, concluiu a polícia.



Alessandro Gomes (Mineirinho), Valdileno Fraga (Preto) e Aline Maiara Ribeiro dos Santos são procurados pela polícia — Foto: Polícia Civil/Divulgação

Valdileno Braga Dias, Alessandro Gomes da Silva e Aline Maiara Ribeiro dos Santos são considerados foragidos da Justiça.

Tribunal do Júri de Santarém condena homem a 15 anos de prisão por homicídio praticado em 2019

Rafael Ferreira Lopes foi condenado por ter matado um jovem por motivo torpe. Júri não acatou tese de legítima defesa.

Por Gleilson Nascimento, g1 Santarém e Região — PA

15/02/2023 10h33 Atualizado há 47 minutos



Rafael Ferreira Lopes pegou 15 anos de prisão por homicídio — Foto: Portal do Coruja

Em sessão do Tribunal do Júri realizada nesta terça-feira (15) em [Santarém](#), oeste do Pará, o réu Rafael Ferreira Lopes acusado de matar a facadas Luigi Augusto Costa de Vasconcelos, em 23 de março 2019 no bairro Maicá, foi condenado a 15 anos e 6 meses de reclusão.

O promotor Rafael Trevisan Dal Bem informou que o júri acolheu todas as teses apresentadas pelo Ministério Público. "Além de atender as duas qualificadoras,

ao final saiu condenado a uma pena 15 que vai ser executada a partir de hoje. Ele já cumpriu 11 meses de pena", disse.

Ainda de acordo com o promotor, Rafael Ferreira confessou o crime, mas alegou durante o julgamento que agiu legítima defesa. Porém, os jurados não acolheram essa tese, e o responsabilizaram pela morte de Luigi Augusto Costa de Vasconcelos.

O promotor explicou que a legítima defesa é aquela em que a pessoa, por alguma situação, acredita que vai ser atacada, por isso essa tese apresentada pelo condenado não foi aceita.

"Nesse caso, foi ele quem procurou a vítima o tempo todo, a vítima estava a mais de 30 metros dele. Ele se armou com uma faca e foi em direção a Luigi Augusto Costa de Vasconcelos e tirou a vida dele com um único golpe. Então, não tem como alegar essa tese de legítima defesa", explicou Dal Bem.

O Crime

De acordo com a Polícia Militar, que atendeu a ocorrência na época do crime, [Luigi Augusto e o suspeito estariam bebendo juntos](#) quando entraram em uma discussão, por volta das 18h30 no dia 23 de março de 2019. No mesmo dia, para surpresa da vítima, Rafael apareceu para pedir desculpas pelo mal entendido. Mas quando ele se aproximou de Luigi desferiu o golpe fatal e fugiu do local. Luigi tinha 19 anos.

A vítima ainda chegou a ser encaminhada ao Hospital Municipal Dr. Alberto Tolentino Sotelo, pela equipe do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu).

Rafael foi preso pela PM na casa da mãe dele, no bairro Santo André. Ele foi apresentado e autuado em flagrante por homicídio qualificado por motivo fútil e torpe.

Carnaval em Mosqueiro: Ministério Público discute medidas de segurança para a folia

Durante reunião realizada nesta terça-feira (14), representantes do MPPA, de órgãos de segurança e do poder judiciário discutiram ajustes para que o Carnaval ocorra dentro do planejado na ilha



O Liberal

14.02.23 20h42



Reunião para debater segurança no Carnaval de Mosqueiro (Fotos: Beto Messias)

A **segurança** para o **Carnaval** na **Ilha de Mosqueiro**, em **Belém**, foi discutida na manhã desta terça-feira (14), pelo Ministério Público do Pará, por meio dos promotores de Justiça de Mosqueiro, Alan Johnnes e Nayara Negrão com todos os órgãos de segurança e o poder judiciário.

Durante o encontro, foi realizado o último ajuste para que o Carnaval ocorra dentro do planejado, respeitando as medidas de segurança necessárias. Os promotores recomendaram aos órgãos uma atenção redobrada para que, não somente os visitantes, como os moradores tenham maior bem-estar durante o período de Carnaval.

VEJA MAIS

"O MPPA entende que a atenção redobrada em relação à segurança é necessária, visto que a Ilha de Mosqueiro é um dos locais que mais recebe pessoas na região metropolitana por conta das festividades e portanto, os órgãos de segurança, justiça, mobilidade e a agência distrital precisam estar atentos.", destacou o MP.

A magistrada Maria das Graças Alfaia, juíza titular do Mosqueiro, aproveitou para explicar sobre a portaria expedida pelo Poder Judiciário autorizando os eventos de carnaval na Ilha, desde que atendendo aos pré-requisitos para garantia de bem-estar e segurança aos envolvidos.

"Diante disso, a Prefeitura Municipal de Belém e o Governo do Estado mantiveram programações tradicionais durante o período, como, por exemplo, o concurso das escolas de samba, que acontece no próximo domingo, dia 19. As estruturas de palco já começaram a ser instaladas na praça matriz do distrito.", detalhou o MP.

Proibições

No dia 30 de janeiro, a juíza da Infância e da Juventude do distrito Ilha de Mosqueiro, em Belém, Maria das Graças Alfaia Fonseca, determinou três proibições durante o período do Carnaval na ilha: trios elétricos; presença de torcidas organizadas de clubes de futebol em blocos e desfiles de carnaval; e a realização de festas de aparelhagem na orla.

A proibição vale para o período de 19 a 22 de fevereiro no distrito. Na ocasião, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), por meio de assessoria, reforçou que o carnaval, no entanto, não está proibido em Mosqueiro.

Prefeitura de Belém

No dia 10 de janeiro, a Prefeitura de Belém, por meio da Fundação Cultural de Belém (Fumbel), informou que garantiu programação de Carnaval não só na Aldeia Cabana, na capital, mas também nos distritos de Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro, com apoio das Agências Distritais, dias 19, 20 e 21.

Santarém articula instalação de Escritório Social para atender egressos do sistema prisional

Encontro faz parte da agenda do Programa Fazendo Justiça, do CNJ.

Por g1 Santarém e Região — PA

14/02/2023 14h40 · Atualizado há 21 horas



Vara de Execução Penal funciona no Fórum de Justiça de Santarém, no Pará — Foto: Adonias Silva/G1

A articulação da rede de proteção para a Política de Pessoas Egressas do Sistema Penal no Município de [Santarém](#) promoverá reunião de trabalho virtual, proposta pela Vara de Execução Penal (VEP) da Comarca de Santarém, nesta terça-feira (14). Na ocasião, os Escritórios Sociais, ações de atenção às pessoas egressas do sistema prisional realizadas pelo Poder Judiciário em articulação com o Poder Executivo, serão apresentadas à rede local de políticas públicas.

O encontro terá também como foco o alinhamento de pontos para a implantação do equipamento do Escritório Social no município.

A reunião faz parte da agenda do Programa Fazendo Justiça, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que conta com o apoio institucional do Poder Judiciário do Pará.

A apresentação do Escritório Social será feita pelo coordenador do eixo Cidadania do programa Fazendo Justiça, Felipe Athayde. O juiz titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Santarém, Flávio Lauande, também participará da reunião, junto a representantes do Conselho da Comunidade, do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB/Subseção Santarém, Universidades locais e instituições públicas e da sociedade civil.

No encontro, será tratado o conteúdo da Resolução CNJ nº 307/2019, que estabelece os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implantação. A iniciativa integra a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação.

Escritório Social

Criado pelo CNJ em 2016, o equipamento resulta de gestão compartilhada entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo, atendendo à pessoa que deixa o sistema prisional, assim como seus familiares, para dar acesso à rede de serviços de apoio em áreas como qualificação profissional, moradia, documentação e saúde.

A Região Metropolitana de Belém conta com um Escritório Social, que promove a atenção e o acolhimento à pessoa egressa do sistema prisional em liberdade condicional e em regime aberto sem monitoração eletrônica e sua família.

A expansão e otimização da metodologia do Escritório Social faz parte do programa Fazendo Justiça, parceria do CNJ e do Programa das Nações Unidas

para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio Ministério da Justiça e Segurança Pública na figura do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Cerca de 35 equipamentos foram implementados em diversas unidades da federação, com articulações para novas inaugurações já em andamento, caminhando para consolidação de uma rede nacional.

Conselho de Medicina denuncia falta de remédios básicos no PSM da 14: 'É um caos, é calamitoso'

Após fiscalização realizada na manhã desta terça-feira (14), a presidente do CRM-PA, Tereza Cristina de Brito Azevedo, afirmou que pacientes estão voltando para casa sem medicações, como antibiótico analgésico e corticoide



Dilson Pimentel

14.02.23 12h57 - Atualizado em 14.02.23 18h35



O **Hospital Pronto-Socorro Municipal Mário Pinotti (o HPSM da 14 de Março)** passou por uma **vistoria** do Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (**CRM**) na manhã desta terça-feira, 14. Em entrevista no local, logo após a fiscalização, a presidente do CRM, Tereza Cristina de Brito Azevedo, destaca que a **unidade de saúde está um "caos"** e aponta problemas graves, como a **falta de insumos e medicamentos básicos** além do atraso no pagamento de funcionários.

De acordo com Tereza, o **pronto-socorro está lotado**, ainda que pessoas lá dentro tenham afirmado que, nesta manhã, o movimento era considerado

'tranquilo'. A presidente do CRM descreve a situação como calamitosa, uma vez que, em comparação a uma vistoria feita no ano anterior, ela percebe graves pioras, entre elas, a falta de medicações básicas, inclusive para dor:

"Não tem tramal. No caso da dor, eles estão só usando morfina e paracetamol. Então isso é muito grave. Não temos insumos, não temos medicamento, não tem analgésico. São remédios básicos: dipirona, antibiótico, Ceftraxona, Cefeni, material de curativo...A situação é pior ainda, que estamos no Carnaval, quando aumenta o número de acidentes e o nosso pronto-socorro não tem estrutura nenhuma pra atender a nossa população", avalia.